

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Cultivadoras de memória: gênero, trabalho e transmissão no campesinato em Nord-Pas-de-Calais

Luana Bruzzi Malta Silva

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17761>

Submetido em: 2026-09-01

Postado em: 2026-09-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

CULTIVADORAS DE MEMÓRIA: GÊNERO, TRABALHO E TRANSMISSÃO NO CAMPEPINATO EM NORD-PAS-DE-CALAIS

LUANA BRUZZI

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3326-1738>

<luanabruzzimm@gmail.com>

Universidade de Avignon. Avignon, Vaucluse, França.

RESUMO: Este artigo investiga como mulheres camponesas de *Nord-Pas-de-Calais* reconfiguram suas relações com a memória, a terra e a família em um espaço estruturado pela divisão sexual do trabalho, em um meio onde sociologia do trabalho e sociologia da família se misturam.. Assim, foi a partir de uma articulação entre o feminismo materialista e epistemologias situadas que foi explorado o conceito de cultivadoras de memória : ou seja, este papel dual do exercício laboral dessas mulheres, que articulam a reapropriação dos valores da camponêsidade e o trabalho invisível que performam, sem remuneração ou devido reconhecimento. A metodologia baseia-se em pesquisa de campo e entrevistas semiestruturadas realizadas junto às mulheres camponesas. Os resultados mostram que, embora frequentemente excluídas da transmissão formal do patrimônio fundiário, essas mulheres constroem outras formas de herança, de caráter simbólico e coletivo, assegurando a continuidade das práticas agrícolas e das identidades rurais. O artigo estabelece ainda um breve comparativo com o contexto brasileiro, evidenciando como diferentes tradições epistemológicas latinoamericanas e europeias iluminam, de formas distintas, as dinâmicas de gênero, poder e violência simbólica no meio camponês. Conclui-se que a memória camponesa é patrimônio vivo, transmitido no cotidiano da terra e reinventado em práticas agroecológicas, em que mulheres associam reconhecimento e resistência.

Palavras-chave: trabalho camponês, gênero, memória, feminismo materialista, divisão sexual do trabalho

MEMORY CULTIVATORS: GENDER, LABOR, AND TRANSMISSION IN THE PEASANTRY IN NORD-PAS-DE-CALAIS

ABSTRACT: This article investigates how peasant women from Nord-Pas-de-Calais (France) reconfigure their relationships with memory, land, and family within a space structured by the sexual division of labor, in a setting where the sociology of labor and the sociology of family intertwine. It is from an articulation between materialist feminism and situated epistemologies that this article proposes the concept of memory cultivators: that is, the dual role performed by these women's labor, which combines the reappropriation of peasant values and the invisible work they carry out without remuneration or due recognition. The methodology is based on fieldwork and semi-structured interviews conducted with peasant women. The findings show that, although frequently excluded from the formal transmission of land inheritance, these women build other forms of inheritance, of a symbolic and collective character, ensuring the continuity of agricultural practices and rural identities. The article also establishes a brief comparison with the Brazilian context, showing how different Latin American and European epistemological traditions illuminate, in distinct ways, the dynamics of gender, power, and symbolic violence in the peasant world. It concludes that peasant memory emerges as a living heritage, transmitted daily and reinvented through agroecological practices, linking recognition and resistance.

Keywords: peasant labor, gender, memory, materialist feminism, sexual division of labor

INTRODUÇÃO

Em um campo em que a sociologia do trabalho e a sociologia da família se imbricam (CARDON, 2004), o meio rural apresenta uma configuração em que o trabalho doméstico e o trabalho com a terra se entrelaçam, tornando produção e reprodução social conceitos vizinhos. O trabalho se propõe a explorar como as mulheres camponesas em *Nord-Pas de Calais* reconfiguram suas relações com a memória e resistem em um espaço estruturado pela divisão sexual do trabalho, onde as desigualdades de gênero persistem - apesar das transformações estruturais advindas da modernização agrícola.

A modernização agrícola, muitas vezes imposta e justificada por programas de ajuste estrutural, sob a perspectiva de Federici (2019) é constituinte de uma "guerra de baixa intensidade", onde a modernização esvazia a agricultura de subsistência e se volta, mecanicamente, para a produção comercial e exportação. A perspectiva defendida neste trabalho é de que apesar de diferenças estruturais entre as formas de constituição da agricultura e produção, a divisão do

trabalho no campo continua a operar sob os mesmos princípios organizadores constantes (KERGOAT, 2011), a separação e a hierarquia.

A leitura situada de uma pesquisadora brasileira sobre uma realidade francesa revela que esses conflitos ressoam para além de uma única geografia social. A partir de uma perspectiva feminista materialista (DELPHY, 2015) e de epistemologias situadas (HARAWAY, 1988), a análise revela o "trabalho de memória" das mulheres camponesas em sua constituição paradoxal: ao mesmo tempo prática de emancipação, pela reapropriação da narrativa camponesa, e tarefa invisível que recai sobre sua responsabilidade, sem reconhecimento nem remuneração. Para compreensão desse fenômeno, é proposto o conceito de *cultivadoras de memória* para designar a dualidade do exercício laboral exercido por essas mulheres - ou seja, a transmissão de saberes da terra pelas trabalhadoras invisíveis (FEDERICI, 2019), e a reprodução social e geracional no meio camponês¹.

Segundo Kergoat (2011), a hierarquia de gênero na perspectiva do trabalho estabelece que a valoração laboral não se dá com base na utilidade técnica das tarefas, mas no status de quem as executa. Na França, essas mulheres foram sistematicamente excluídas dos dispositivos de reconhecimento laboral, com representação política insuficiente, ausência de titularidade sobre a terra e estatuto profissional tardio. A divisão sexual do trabalho confina as mulheres ao papel de "ajudantes familiares" sob a perspectiva administrativa francesa, o que as tornou invisíveis nas estatísticas e excluídas da transmissão formal do patrimônio. Ainda assim, elas asseguram, paradoxalmente, a continuidade das práticas agrícolas e das identidades rurais, mesmo permanecendo "esquecidas pela pesquisa e pelo feminismo" (LAGRAVE, 2021).

Dessa maneira, o artigo está estruturado em quatro partes. Primeiro, o quadro teórico que articula a sociologia do trabalho, a sociologia da família e o feminismo materialista é estruturado, afim de traduzir, de maneira mais clara possível, meio camponês de Nord-Pas-de-Calais. Em seguida, a metodologia da pesquisa de campo e das entrevistas semiestruturadas são apresentadas. Na terceira parte, a análise dos relatos e experiências de campo são analisados, a fim de compreender a

¹ A primeira questão sobre a traduzibilidade do campo remonta ao termo *paysanne*, que não encontra correspondência exata em português. Derivado do francês antigo *paisien* - ou seja, habitante do país, - , o termo remonta ao latim *pagus*, que se refere à uma unidade rural enraizada territorialmente. Essa etimologia revela que *paysanne* não designa apenas um ofício, mas uma forma de estar no mundo, intimamente associada à terra e à memória. No contexto contemporâneo francês, se trata de uma noção reivindicada politicamente por movimentos como a *Confédération Paysanne*, como forma de afirmar um modo de vida alternativo ao modelo dominante - e produtivista. A escolha da tradução pelos equivalentes "camponesas", "agricultoras" e "trabalhadoras rurais" se deu devido à facilitação da leitura - contudo, quando tratado do trabalho, memória e identidade, em certos casos foram mantidos os termos originais - *paysan/ne*. A tradução esvaziaria a complexidade dos relatos coletados devido à densidade etimológica e política e especificidade histórica do termo *paysan/ne*.

epistemologia camponesa e as formas de autonegação das entrevistadas. Por fim, o conceito de cultivadoras de memória permite um comparativo entre os contextos francês e brasileiro, antes de concluir apontando os principais resultados e os limites desta pesquisa.

1. QUADRO TEÓRICO

Os relatos dominantes sobre a modernização agrícola na França constroem uma visão linear da passagem de uma agricultura percebida como arcaica para um modelo produtivo, mecanizado e voltado para a exportação (DÉLÉAGE, 2012). Esses relatos valorizam o progresso técnico e a ação de jovens agricultores que, tendo em vista as demandas mercadológicas, prezam pela produção e a influência do modelo estadunidense. Tais relatos se baseiam na ideia de uma “revolução silenciosa”, popularizada por Michel Debatisse, apresentada como pacífica e benéfica para todos - contudo, esta mudança é concomitante a transformações violentas nas estruturas familiares e sociais, frequentemente em detrimento dos pequenos produtores, que não se adaptam facilmente à demanda de mercado de produção e preços.

Isto ocorre pois na agricultura camponesa francesa contemporânea, o trabalho agrícola não se resume à transmissão de práticas antigas, e carrega consigo uma mistura complexa entre família e trabalho. Ainda na atualidade, na maioria das propriedades do *Nord-Pas-de-Calais*, a terra é transmitida de geração em geração, entre homens, sem recorrer a mão de obra externa. Assim, na França, os estudos sobre sociologia do trabalho no meio rural implica a compreensão concomitante com a sociologia da família - os dois são percebidos como sinônimos, o que cria um cenário conflituoso para as mulheres que ocupam este campo.

Segundo Deléage, no artigo “*Les paysans dans la modernité*” (2012), os valores camponeses podem ser caracterizados por um conjunto coerente de princípios que se opõem às lógicas produtivistas e tecnocráticas dominantes. Primeiramente, eles se baseiam em uma racionalidade de ordem social e moral, fundada não na maximização do lucro, mas na satisfação das necessidades familiares: “A economia camponesa inscreve-se, portanto, em um projeto que repousa sobre uma racionalidade de ordem social e moral, uma racionalidade em valor nos termos weberianos, cujo objetivo primordial é produzir o que é necessário para as necessidades da família²” (DELÉAGE, 2012, p. 120).

² tradução livre

Em segundo lugar, valorizam uma autonomia relativa, inscrita em comunidades locais estruturadas por laços de parentesco e vizinhança: “Segundo Mendras, a característica dessas sociedades paysannes é a de beneficiar de uma autonomia relativa no seio da sociedade que as engloba. Elas funcionam, portanto, essencialmente dentro de coletividades locais estruturadas por relações de interconhecimento (de parentesco ou de vizinhança)” (MENDRAS *apud* DELÉAGE, 2012, p. 119).

Em terceiro lugar, esses valores também se expressam numa crítica à modernidade tecnocrática, considerada incapaz de assegurar a transmissão intergeracional do patrimônio:

“Eles colocam assim em questão uma certa modernidade que, em nome do desenvolvimento tal como foi construído e pensado pelas sociedades ocidentais, assegura cada vez menos a transmissão, às gerações futuras, de um patrimônio comum” (DELÉAGE, 2012, p. 117).

E paralelamente, o campesinato contemporâneo afirma uma ética de solidariedade local:

“Recusando mais amplamente o processo de separação entre o universal e o particular [...], o campesinato contemporâneo inscreve-se assim numa crítica radical ao movimento de inclusão/exclusão ligado ao desdobramento de um universalismo cuja implementação implica a destruição de todas as formas de particularismos”³ (DELÉAGE, 2012, p. 121).

Em último lugar, a atividade camponesa visa principalmente à reprodução social - ou seja, à continuidade da unidade familiar: “Esses centros familiares camponeses têm como objetivo essencial reproduzir uma atividade de produção/consumo assegurada no seio dos grupos domésticos” (DELÉAGE, 2012, p. 119). À estes fatores se soma uma forte relação com o território, vivida como um ancoramento identitário e afetivo: “O termo ‘*paysan*’, camponês, é assim por vezes associado a uma imagem positiva, de vínculo a um país ou a um território” (DELÉAGE, 2012, p. 118).

Assim, quanto à continuidade da unidade familiar, na história rural em *Nord-Pas-de-Calais*, o mundo rural foi por muito tempo marcado por uma organização familiar fortemente estruturada. Esse modelo, fundado na transmissão intergeracional do patrimônio e na manutenção das tradições, favorecia uma certa estabilidade social, ao mesmo tempo em que veiculava uma visão conservadora da família. O costume de transmissão da terra entre os homens é uma das características mais marcantes do campo - historicamente, as terras de plantio são passadas de pai para o filho mais

³ tradução livre

velho, o que excluía as mulheres da herança da terra. Contudo, pensar esse mundo unicamente a partir de suas estruturas herdadas equivaleria a congelar sua análise no tempo, afinal, como será destacado na apresentação do campo, as mulheres atualmente ocupam esses espaços que antes eram restritos à homens. Philippe Cardon, em seus trabalhos como *Des femmes et des fermes: Genres, parcours biographiques et transmission familiale* (2004), destaca o papel central das mulheres na transmissão familiar das explorações agrícolas, dos saberes e dos valores no seio do mundo rural. Ele mostra que as mulheres camponesas são atrizes essenciais da continuidade das explorações, através da gestão cotidiana, da educação dos filhos, da transmissão das práticas agrícolas e da memória familiar.

2. METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho baseia-se em uma pesquisa de campo e nove entrevistas semiestruturadas com criadoras de animais e agricultoras, compondo um perfil diverso quanto à : origem, idade e tipo de exploração. As entrevistas foram estruturadas em seis eixos temáticos: trajetória profissional, configuração familiar, tipo de agricultura, percepções de violência, práticas agroecológicas e percepções de gênero, e ocorreram entre 2024 e 2025. A pesquisa de campo foi articulada em torno de eventos e espaços organizados por mulheres camponesas do *Nord-Pas-de-Calais*. Isso inclui a participação em festivais como o *Alimenterre*⁴, a visita a feiras de agricultura orgânica e a observação de círculos de discussão. Como pesquisadora brasileira, minha postura de pesquisa se baseia em uma abordagem feminista, buscando tornar visíveis as vozes e presenças das mulheres, não apenas na observação, mas também no próprio processo tradutivo.

A experimentação do encontro⁵, na metodologia deste trabalho, é o que possibilitou o diálogo científico com os saberes agroecológicos e biológicos defendidos. Pois, na própria construção dos saberes camponeses, a lógica instrumental não é central - nem no que diz respeito à terra, nem nas relações humanas que decorrem dela. Contudo, em contato com o campo, constata-se que a transmissão e a valorização das histórias pessoais se dá principalmente por meio das mulheres - que repetem e integram ao debate político seus próprios relatos, os de suas famílias, de seus maridos, bem como as histórias ligadas à terra.

⁴ ALIMENTERRE é um programa de conscientização e uma ferramenta que tem como objetivo a apropriação, pelos cidadãos, das questões alimentares globais, a fim de co-construir sistemas alimentares sustentáveis e que contribuam para o direito à alimentação. É coordenado pelo Comité Francês para a Solidariedade Internacional (CFSI), parceiro do Ministério da Educação Nacional no âmbito da educação para a cidadania e a solidariedade internacional.

⁵ Experiências, práticas ou experimentações que emergem do encontro entre diferentes saberes, sujeitos ou culturas. (STENGERS, 2019)

Durante as entrevistas, foi possível constatar uma diferenciação clara, por parte das entrevistadas, na escolha do uso dos termos como agricultores (*agriculteurs*) e camponeses (*paysans*), e entre terra (*terre*) e terreno (*terrain*), por exemplo. Usavam terra para o trabalho cotidiano, logo plantar, cultivar, cuidar de animais, arar, semear. O terreno, por outro lado, era lugar de disputa e conflito: o termo era usado para designar a divisão de terras entre familiares, heranças, disputas entre os camponeses e a administração, etc. Em uma perspectiva que se restringe à tradução, os termos podem ser percebidos como sinônimos, mas em uma realidade camponesa, eles remetem à elementos que não se misturam. Por isso, uma parte considerável das perguntas foi dedicada à investigação dos termos utilizados.

Tal como o trabalho de tradução, o tratamento das questões de gênero e classe no meio camponês abarca relações sociais e materiais de poder e papéis culturais, estereótipos e performances, fazendo com que seja possível “pensar o gênero” (DELPHY, 2015) em toda a sua complexidade.

Convém destacar que o recorte de raça/etnia na França se constitui de maneira distinta de um contexto latinoamericano, o que constitui um limite deste artigo e uma via de pesquisa a ser desenvolvida em trabalhos futuros. Todas as mulheres entrevistadas se autoidentificam como brancas — assim como eu, pesquisadora. Essa proximidade racial talvez tenha facilitado certas aberturas no campo, ao mesmo tempo em que manteve a questão racial fora do centro da interação e da própria reflexividade da pesquisa. Ao passo que nas regiões do sul da França o meio rural se vê diante de questionamentos crescentes quanto à raça/etnia (diante de um contexto de migrações sazonais de pessoas racializadas para trabalharem no campo nos « tempos fortes », ou seja, durante os períodos de plantio e colheita) (MESINI, 2008), esse não é o caso no norte da França. No norte e principalmente em Nord-Pas de Calais, a transmissão hereditária da terra e uma territorialidade forte se alia à uma baixa atratividade para trabalhadores sazonais. Paralelamente, outros eixos igualmente centrais às epistemologias feministas, como sexualidade ou maternidade também não foram abordados de maneira central.

3. ANÁLISE EMPÍRICA

Durante as entrevistas, ficou claro que a epistemologia da *paysannerie*, tal como expressa pelas entrevistadas, remete à ideia de que os saberes produzidos e transmitidos não são apenas

conhecimentos técnicos, mas carregam consigo uma história, um contexto e uma forma específica de compreender o mundo.

Segundo Santos (2016), o que é chamado de epistemologia do Sul compreende a orientação segundo a qual o Sul existe, e é possível aprender a partir do Sul e com o Sul. Segundo o autor, no Norte global, os saberes “outros”, para além da ciência e da técnica, foram percebidos como inexistentes e, portanto, radicalmente excluídos da racionalidade moderna (MENESES *apud* SANTOS, 2016). Posto isso, certas epistemologias “outras” são declaradas como inexistentes, ou descritas como reminiscências do passado, condenadas a um esquecimento inevitável. Essa percepção se aproxima da percepção dos saberes camponeses, tal como exposto ao longo deste artigo.

Assim, a ideia de construção de uma epistemologia camponesa se apresenta como um convite para designar os saberes que as camponesas e os camponeses transmitem de geração em geração - narrativas, práticas culturais e formas de resistência à opressão ou à marginalização. É por meio da memória que se constrói essa epistemologia, e a própria criação identitária do camponês surge como uma reapropriação do termo. Essa evolução ultrapassa a simples gestão agrícola: trata-se também de uma reapropriação política e simbólica.

Assim, a partir dessas perspectivas teóricas, compreende-se que as entrevistadas não se limitam à simples exploração agrícola. Sua atividade também engloba a produção e a transmissão de saberes, identidades culturais e narrativas alternativas que questionam as representações dominantes e frequentemente heteronormativas da agricultura industrial. Ao cultivarem esses saberes e narrativas, elas participam de uma resistência simbólica e política contra os modelos agroindustriais que marginalizam suas práticas e modos de vida. Para elas, a terra é também uma unidade simbólica que remete à sua filosofia de vida, e não apenas um espaço de produção ou subsistência.

A entrevistada Kristell, de 51 anos, é horticultora em agricultura biológica. Instalou-se em 2002, numa terra que ela mesma comprou. Hoje divorciada, vive com o seu companheiro, mas administra sozinha sua exploração, assumindo também a maior parte das tarefas domésticas. Kristell se reivindica como camponesa e recusa as lógicas de especialização e monocultura. Inscreve sua prática em uma agricultura biológica ampliada, que ela prefere chamar de agro-dinâmica (agroecologia), insistindo no vínculo com a terra e na diversidade como princípio estruturante. Para ela, essa abordagem encarna uma forma de resistência: “A ideia é não fazer monocultura, é ter uma verdadeira atividade camponesa com várias coisas.”

Ainda segundo ela:

(Para) mim era o orgânico, realmente a ideia do ciclo. E então a bionomia e a agroecologia, agora estou me informando também sobre a entropia (...) então foi uma escolha realmente pensando na sua relação com a terra. É isso, e com as gerações futuras e as gerações anteriores.

Nesse relato, a paysannerie encarna uma relação geracional e pessoal com a terra: esta não é apenas espaço de produção, mas ocupa o lugar de sujeito, não de objeto a ser manipulado. Essa temporalidade leva Kristell a ligar a identidade camponesa a uma memória situada, ancorada no lugar, mas também na duração. Ao longo das entrevistas, esse vínculo social e geracional deu origem a experiências coletivas: grupos de leitura entre agricultoras, viagens organizadas entre mulheres produtoras, encontros por videoconferência para discutir práticas agrícolas. Contudo, isso não garante a ausência de conflitos geracionais. A entrevistada Sophie Lemoine, de 54 anos, é criadora de animais com o marido. Trabalhou durante vinte anos como enfermeira antes de assumir a pequena fazenda da família após a aposentadoria dos sogros. Durante seu depoimento, ela evocou o caso de uma amiga que, ao assumir a fazenda da família, teve de reafirmar a importância da agricultura biológica:

Para algumas, por exemplo, uma amiga que assumiu a fazenda dos pais, ela diz que teve que realmente impor suas escolhas em relação ao pai. Com a mãe foi bem mais fácil, mas com o pai ela teve que realmente explicar, justificar que queria passar para o orgânico etc.

A mudança do sistema de produção, enquanto transformação em si, levanta questões em um meio relativamente estratificado e conservador como o camponês (Déleage, 2012). O que é observado, em muitos casos, foi um conflito geracional: entre os interesses das novas gerações que se instalam e os da geração anterior, que está em processo de transmissão da terra para seus herdeiros.

Paralelamente, esses saberes são, na perspectiva do feminismo materialista, formas concretas de memória e resistência, logo uma contestação das relações de poder que perpetuam desigualdades de gênero nos territórios rurais. É precisamente aí que se manifesta uma forma de violência simbólica conflituosa: as mulheres entrevistadas expressam críticas à sua invisibilização nas propriedades rurais, mas, ao mesmo tempo, reativam – às vezes de forma inconsciente – certos valores tradicionais (como a dedicação à família, a naturalização de seu papel como cuidadoras da alimentação ou a ideia de “vocação camponesa”, de ser um “sagrado ofício”), que perpetuam sua

posição marginal em relação à terra. Esse paradoxo mostra que a contestação não significa necessariamente uma ruptura total, mas pode coexistir com formas de reprodução normativa.

4. DISCUSSÃO - O CONCEITO DE CULTIVADORAS DE MEMÓRIA

Abordar o mundo rural a partir de uma perspectiva latino-americana é também construir um modo diferente de ver - segundo Salvaro, Lago e Wolff (2013, p. 80), a campesinidade no Brasil nasceu de uma história marcada pelas lutas pela terra, por profundas desigualdades sociais e pela força das mobilizações coletivas. Segundo Silva (2006), o meio rural se constrói sob formas de invisibilização do trabalho feminino, tensões entre o reconhecimento simbólico e o acesso real às políticas públicas - fatores que conduzem à construção de subjetividades políticas por meio da luta coletiva. Essa abordagem concebe a agricultura campesina não como categoria econômica, mas como modo de vida, transmissão e resistência, tecendo uma relação com a terra que não é ofensiva.

Do mesmo modo que um olhar não-europeu sobre as dinâmicas da *paysannerie* se inscreve em uma perspectiva não ocidental da terra, o discurso camponês é relegado a formas de discurso marginalizadas sobre a terra. Isso significou que o encontro entre uma perspectiva latino-americana e o mundo camponês da agricultura familiar exigiu uma tradução intercultural, reconhecendo a validade de diferentes formas de conhecimento - neste caso oriundas das práticas camponesas - e promover um diálogo entre esses saberes.

Assim, isso questiona a lógica de produção de conhecimento que privilegia certas vozes e experiências em detrimento de outras. O trabalho de uma socióloga pode ser comparado ao de alguém que observa através de uma janela (PAUGAM, 2017) - e a janela pela qual foi possível observar e interagir com a realidade francesa é a de alguém que compreende a relação com a terra como uma relação intrinsecamente pessoal, e por isto, política - por isso, a importância de uma ótica materialista na análise do campo e da tradução feminista enquanto métodos.

Assim, a leitura do mundo camponês no *Nord-Pas-de-Calais*, campo de estudo desta pesquisa, se voltou em grande parte para a autopercepção das mulheres entrevistadas. Muitas delas se identificaram durante muito tempo como “mulher de agricultor”, embora afirmem e reconheçam que realizavam um trabalho intensivo no campo. O reconhecimento do próprio trabalho frequentemente precede a nomeação, e a designação “camponesa” surge em conjunção com outros termos. Durante as entrevistas, elas se denominam “camponesas aposentadas”, “camponesas e criadoras”, “camponesas e professoras”. Mesmo quando não diretamente ligados à agricultura, esses

grupos sempre incluem o termo camponesa no nome. A identidade e a construção da memória se estruturam em torno da camponesa : a camponesa é, assim, uma construção e uma justificativa de valores. Essas práticas de narração constituem, elas mesmas, um patrimônio vivo da história do mundo rural. A passagem seguinte é extraída de uma troca informal entre mim e uma entrevistada, durante a qual evocamos as práticas antigas de tintura vegetal e seu lugar atual nos saberes camponeses:

Hoje em dia, a gente usa produtos químicos para tingir, eu acho. – As plantas tintoriais, isso quase não se faz mais. – Tem uma senhora, na Picardia, que voltou a cultivá-las. – Mas é mais para preservar a tradição local, não? – Sim. Já não é realmente usado em grande escala. (...) É mais turístico, entende? Para mostrar as técnicas antigas. – Sim, para o turismo. Mas ainda se fabricam tecidos, não? – Sim, produtos artesanais, tecidos. Sabe, na Idade Média, o azul era muito raro e muito caro. – Então quem produzia ganhava bem. – Exatamente. Eles faziam bolas a partir da seiva. A gente chamava isso de cocanhas. – Uma cocanha, sim. E é daí que vem a expressão “um país de cocanha”, para designar um país rico. – Foi o que eu te disse, mas... é realmente uma história fascinante.

A memória é um conceito das ciências sociais amplamente polissêmico, que se constrói num contexto coletivo, através de relatos, silêncios, saberes práticos e ausências. No mundo camponês, ela assume uma dimensão específica: a articulação entre reprodução social e produção material, que se impõe como um operador de análise situado — uma atividade concreta e cotidiana, pela qual essas mulheres constroem continuidades e reapropriações simbólicas. Elas ocupam, nessa dinâmica, um lugar particular: são ao mesmo tempo guardiãs e agentes da memória. Proponho aqui o conceito de cultivadoras de memória para designar esse papel duplo: elas mantêm uma relação entre as gerações, entre passado e presente, entre saber-fazer e transmissão — descrevendo o que é transmitido, esquecido, deslocado ou transformado. Frequentemente ausentes dos dispositivos formais de transmissão – títulos de propriedade, reconhecimento público ou institucional –, essas mulheres asseguram, no entanto, a continuidade das práticas agrícolas: algumas haviam comprado de volta as terras familiares, outras estavam em processo de comprá-las, muitas vezes em várias etapas. A questão da posse da terra atravessou todos os relatos, com as mulheres enfatizando os obstáculos crescentes à instalação de novas agricultoras e o alto custo das terras disponíveis. Diante desta abordagem, foi necessário explorar as dinâmicas complexas que as cultivadoras da memória tecem com o reconhecimento do próprio trabalho, com a autonegação e, principalmente, com dinâmicas de gênero, poder e violência simbólica que estruturam suas trajetórias.

A violência contra as mulheres, e mais particularmente contra as mulheres das classes populares, constitui um instrumento na formação da ordem capitalista e da divisão sexual do trabalho que a acompanha (FEDERICI, 2019). Essa leitura dialoga com as análises de Rose-Marie

Lagrave (1983), Alice Barthez (2005) e Philippe Cardon (2004), que destacam que, nos contextos agrícolas, há uma forte influência da divisão sexual do trabalho.

Contudo, estas mulheres não utilizam o termo violência em nenhum momento em entrevistas, no trabalho de campo, ou mesmo nas trocas informais que ocorreram durante o período da entrevista - o termo se torna, assim, impreciso para descrever o cotidiano dessas mulheres, pois elas próprias não qualificam suas situações dessa forma. Assim, o maior desafio da compreensão e tradução do campo residiu no conflito entre as bases teóricas latino-americanas da violência em seu sentido amplo e o campo a ser analisado. A compreensão latino-americana inspira-se nas análises de Salvato, Lago e Wolff (2013), que destacam a importância das lutas de gênero e das construções identitárias específicas das mulheres rurais no contexto latino-americano⁶.

No entanto, é possível estabelecer um paralelo entre certas situações relatadas pelas agricultoras e as análises de violência estrutural propostas pelos estudos feministas materialistas franceses. Por exemplo, várias mulheres mencionam o fato de não serem reconhecidas como “coexploradoras”, apesar de seu trabalho diário na exploração agrícola, ou ainda a impossibilidade de acessar a terra por falta de direitos fundiários no casal ou na família.

As atividades frequentemente consideradas como “naturais” ou “secundárias” (cozinhar, cuidar, manter, transmitir) participam, na realidade, da reprodução de um mundo rural e de sua transformação silenciosa. Uma agricultora expressa a ausência de reconhecimento desses gestos invisíveis: “Não há reconhecimento para tudo o que fazemos. (...) Então, lavar roupa, limpar a casa, cuidar da horta, passear com os cachorros, fazer compras, cozinhar. É uma coisa, está subentendido, sabe.” Essas formas de marginalização remetem ao que Christine Delphy (2015) descreve como violência estrutural. Tendo em vista que a estrutura da opressão se baseia na existência de um modo de produção doméstico, especialmente no meio agrícola, a violência estrutural é visível na

⁶ Nesse sentido, torna-se essencial tecer um paralelo com a compreensão interseccional das vivências de opressões, assim como a relativa ausência dessa ótica no presente artigo. O primeiro fator explorado foi a relação que se tece com raça/origem/etnia na França. Devido a um histórico recente de categorização e fichamento de indivíduos na Segunda Guerra Mundial, o Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos francês (INSEE) não trabalha, tal como ocorre no Brasil, com recenseamento racial, o que limita a disponibilidade de dados agregados sobre representação e proporção de raça/etnia nos âmbitos aqui explorados (posse de terras, exploração de determinados tipos de cultura, presença de indivíduos no campo). Essa ausência estatística, contudo, não equivale a uma impossibilidade analítica: sociólogas como Sarah Mazouz (2017) e Nacira Guénif-Souilamas (2006) demonstram, por meio de etnografia, que o próprio daltonismo racial republicano francês constitui um objeto de análise legítimo, e não apenas um obstáculo metodológico. Neste artigo, contudo, a questão racial não emergiu como tema central no discurso nem no espaço das mulheres entrevistadas: não foi mencionada por nenhuma delas ao longo das entrevistas, e não se constituiu, portanto, como central para a compreensão de suas trajetórias. Foi por isso que essa realidade foi analisada sob a ótica do feminismo materialista, que construiu, no material coletado, uma chave de leitura mais diretamente capaz de traduzir a opressão vivida por essas mulheres.

desposseção sistemática das mulheres dos meios de produção. Assim, o trabalho do homem é valorizado como "produtivo", enquanto o da mulher, reduzido à gratuidade, reforça a estrutura patriarcal que invisibiliza seu caráter econômico e dificulta a rebelião contra ele.

Assim, a nomeação de situações como “violências” gerava uma incompreensão mútua sobre situações objetivas. Em um dos testemunhos, uma das entrevistadas compartilhou sua experiência em um ambiente universitário, onde um professor lhe dissera que mulheres não podiam conduzir tratores - porque era um trabalho de homem. Em outro relato, a família de outra entrevistada jamais cogitou transmitir-lhe a terra, simplesmente porque ela era mulher.

Élise Vandamme⁷, de 38 anos, formada em História, encarna um exemplo significativo de como certas realidades são frequentemente invisibilizadas na profissão camponesa, em particular no que diz respeito à precariedade econômica e à repartição das responsabilidades no casal. Élise e seu marido, Marcel, trabalham na agricultura biológica na região de Avesnois. Com seu companheiro, ela se instalou em uma fazenda que compraram em 2015, consolidando sua exploração por meio da aquisição de parcelas junto a um proprietário privado. Trabalhando com seu parceiro, ela assume a responsabilidade principal pelas tarefas na fazenda e pela gestão cotidiana do lar. Sua atividade se concentra na horticultura biológica. Ela relata:

Acho que como eles se conformaram, agora sou eu que fico aflita. Porque o Marcel - não falamos muito sobre isso, devo admitir, é um tema bem tabu - mas ele deve ter recebido, talvez, desde que se instalou há dois anos, algumas ajudas, claro, mas não recebe salário, não todos os meses pelo menos, não é um salário fixo. E, no entanto, ele trabalha, o número de horas é incalculável. Eu complemento a renda dele com um trabalho extra, porque realmente não é suficiente. O Marcel está sempre estressado, sempre sob pressão. (...) E em casa, sou eu quem faz todo o trabalho doméstico. No entanto, ele diz com frequência que estou ‘sem emprego’. (...) Pois é, camponês (*paysan*), é um ofício sagrado/difícil (*sacré métier*⁸).

A leitura durkheimiana⁹ do sagrado permite compreender como a figura do camponês-Marcel se torna um espaço onde a profissão de camponês chega ao ponto de proscrever

⁷ Nome fictício, atribuído para preservar o anonimato da entrevistada, em conformidade com o protocolo ético desta pesquisa.

⁸ A expressão francesa *sacré métier* carrega um duplo sentido. No uso coloquial, o adjetivo *sacré* pode funcionar como intensificador, sublinhando a dureza ou exaustividade do trabalho no campo, algo próximo de ‘um trabalho danado’. Ao mesmo tempo, o termo evoca uma dimensão simbólica, associada ao caráter vocacional e quase transcendental da profissão, como se fosse um ‘ofício sagrado’. Assim, a ambivalência da expressão reflete tanto o reconhecimento da dificuldade concreta do trabalho quanto a atribuição de um valor cultural e moral elevado à condição camponesa.

⁹ Émile Durkheim (1912) define o sagrado como aquilo que é separado, proibido e cercado de prescrições específicas, em oposição ao profano, domínio do cotidiano e do manipulável. Essa distinção estrutura as formas da vida social por meio de tabus e rituais, que asseguram a coesão do grupo.

qualquer crítica à sua precariedade (ausência de salário fixo, horas incontáveis), enquanto a violência estrutural e simbólica sofrida por sua companheira é naturalizada, e ela assume sozinha o trabalho doméstico. Esse relato testemunha uma ordem simbólica e material, na qual a distribuição desigual de papéis e recursos se impõe como um mecanismo de dominação patriarcal.¹⁰

Como explicado anteriormente, a concepção da *paysannerie* foi, de maneira recorrente, associada ao que é percebido como arcaico, no sentido que Latour (1991) dá a esse termo, ou seja, não como aquilo que está ultrapassado, mas como o que persiste fora de uma modernidade linear. A queda constante do número de agricultores, combinada ao aumento dos problemas ambientais, leva a questionar os valores tradicionais do mundo camponês. Isso cria uma contradição central: de um lado, valores familiares e uma relação respeitosa com a terra, não baseados na extração intensiva; de outro, uma pressão crescente por uma produção maior, imposta pelas exigências do mercado. Essa tensão fragiliza a própria coerência dos valores camponeses.

Assim, as mulheres entrevistadas assumem papéis complexos de gestoras do tempo e cultivadoras de memória, ao mesmo tempo que desempenham um trabalho invisível dentro e fora do campo, e raramente recebem um reconhecimento proporcional ao alcance do seu trabalho. O termo “violência” parece inadequado, não porque seja inexato, mas porque nem sempre emerge de seus próprios discursos, e esse silêncio lexical convida à escuta ativa.

O trabalho familiar, em todas as suas dimensões, e o trabalho de narração - aquele que elas realizam ao compartilharem suas histórias - formam juntos um gesto de transmissão, construindo simbolicamente gestos de memória e de autodefinição. O papel de “cultivadoras de memória” se confirma assim. O fato de que a história de seus companheiros não seja deixada no silêncio também testemunha um trabalho de cuidado, de atenção, e uma continuidade na tradução desses relatos: elas não são apenas protagonistas de sua própria memória, mas também guardiãs das memórias dos outros. As mulheres, enquanto guardiãs do lar e protagonistas da vida comunitária, asseguram a continuidade dessas tradições. Elas transmitem não apenas saberes agrícolas, mas também valores, relatos e práticas que constituem a base da identidade rural (Courdin, 2008).

Marie-Line Dupont, com 63 anos, é viúva de um agricultor com quem ela trabalhou em co-gestão durante muito tempo em uma pequena exploração familiar situada perto de Lille. Oriunda de uma família de horticultores, ela continuou sozinha a atividade agrícola após o falecimento do

¹⁰ Embora esse relato se refira a uma experiência individual, ele permite evidenciar sua densidade simbólica e sua ressonância com outros depoimentos do mesmo contexto.

marido, com um apoio pontual dos filhos. Sem diploma formal, ela se define como camponesa. Ela testemunha:

Já minha mãe, ela era voltada para a agricultura orgânica. Meu pai tentou fazer agricultura orgânica e foi uma catástrofe toda vez. Durante 20 anos, sempre foi uma catástrofe. Meu pai nunca desenvolveu a agricultura orgânica porque no terreno onde ele tentou, não funcionava. Os métodos não eram muito desenvolvidos, então não eram adaptados àquele terreno. Mas meu irmão, que veio depois, que quis ser agricultor, ele disse: eu vou tentar o orgânico, e aí deu certo. Mas antes, eu tinha conhecido (...) que também encontrou amigos ecológicos, mas que eram bem agricultores orgânicos, que praticavam mesmo. E ele, muito rápido, se instalou assim, como agricultor orgânico. Mas na época, era 82. Na época, ainda não era reconhecido pelo governo. Foi reconhecido nos anos 90, uns dez anos depois.

Esse relato ilustra como a memória familiar das práticas agrícolas se reinventa, às vezes através de fracassos e bifurcações. A agricultura orgânica torna-se aqui um vetor de continuidade e de ruptura, revelando uma memória viva e adaptável - e as mulheres aparecem como as portadoras dessa memória evolutiva.

Essas mulheres asseguram a continuidade das práticas agrícolas e dos saberes locais, transmitidos em espaços formais e informais da vida agrícola: várias entrevistadas mencionaram a existência de feiras regulares onde sementes e mudas são trocadas, vendidas ou doadas, assim como os saberes associados ao seu cultivo, conservação e uso. Outro exemplo: um casal de criadores participava de uma rede de troca com outros produtores da região, compartilhando informações sobre alimentação, linhagens e práticas de criação. Essas formas de transmissão incorporam o que Pierre Bourdieu (1980) designa como “sentido prático”: um saber incorporado, forjado pela experiência cotidiana, pela repetição e pela participação em um universo social compartilhado.

Nesse sentido, falar de cultivadoras de memória significa reconhecer uma função social e política amplamente invisibilizada. Seguindo Rose-Marie Lagrave (1983), que mostra que as agricultoras são “dirigentes dirigidas”, confinadas a um papel de ajuda familiar, desenha-se aqui uma memória situada, produzida nos e pelos relacionamentos de dominação. Essa memória inscreve-se numa divisão sexual do trabalho e da transmissão, onde as mulheres assumem os saberes fundadores do mundo camponês.

Paralelamente, as trajetórias analisadas mostraram múltiplas formas de acesso à terra, herança, casamento, compra ou reconversão, bem como diferentes arranjos familiares, nos quais a presença de filhos, maridos ou sogros influencia diretamente o lugar ocupado por essas agricultoras. Essa contextualização, ainda que parcial, evidenciou que a dimensão material (terra, patrimônio,

sucessão) está indissociavelmente ligada à dimensão simbólica (memória, cuidado, continuidade) - e é nesse entrelaçamento que se inscreve a contribuição específica das mulheres.

Silvia Federici, com sua leitura feminista da história dos *commons*, recorda que as mulheres sempre estiveram na linha de frente frente à mercantilização das terras e dos saberes. Mesmo que suas análises incidam sobretudo sobre o Sul global ou sobre o contexto dos *enclosures* na Europa, o imaginário da paysannerie na França ainda guarda traços dessa memória feminina da terra - uma memória onde cuidado, subsistência e luta se entrelaçam intimamente.

Durante uma das entrevistas com uma participante, seu marido interveio na conversa.¹¹ Ela falava de sua relação familiar com a terra, e ele também vem de uma família de agricultores:

Bom, pra mim, a terra... nós sempre aprendemos que era uma relação feminina. Sempre vi assim. Quando era jovem, eram minha mãe, minha avó, que cuidavam da horta, dos bichos... havia respeito. Cresci com essa ideia de que a terra é como uma mulher, é preciso ouvi-la, cuidar dela. Mas depois, quando fui pra escola agrícola, me disseram que a agricultura era coisa pesada, grandes máquinas, trabalho de homem, né.”

Esse duplo olhar sobre a terra - por um lado íntimo e feminino, por outro tecnicista e masculino - evidencia uma divisão social do trabalho fortemente ancorada na separação entre as esferas privada e pública, como teorizado por Christine Delphy (2015). O trabalho reprodutivo, feito de cuidado, transmissão e atenção aos ciclos da natureza, é frequentemente delegado às mulheres e invisibilizado nas instituições agrícolas, que privilegiam a industrialização e a produtividade. Essa divisão mantém uma relação generificada com a terra, na qual os saberes femininos continuam marginalizados, apesar de seu papel central na sobrevivência das comunidades camponesas. Essa oposição encontra eco em Silvia Federici, para quem "as mulheres são as agricultoras de subsistência do mundo": ao assegurar a continuidade entre cuidado, alimento e território, elas se encontram hoje na linha de frente das lutas pela terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a terra e a memória participam ativamente da construção da identidade camponesa no Nord-Pas-de-Calais. A luta pelo acesso à terra, sua conservação e sua transmissão, e as histórias que se constroem ao seu redor, tornam-se então uma forma de afirmação política -

¹¹ O anonimato deste participante é mantido, pois a entrevista não se destinava a ele, mas à sua esposa. Sua presença e intervenção foram consideradas na análise, respeitando-se, ao mesmo tempo, a confidencialidade e os parâmetros éticos da pesquisa.

fortemente ligada à reapropriação do termo camponês. Os resultados apontaram que, ainda que as mulheres sejam excluídas da transmissão formal do patrimônio fundiário, quase sempre mediado pelos homens, constroem outras formas de herança, de caráter simbólico e coletivo. Nesse sentido, a memória camponesa emerge como patrimônio vivo, transmitido no cotidiano e reinventado em práticas agroecológicas, em festivais e mercados, em círculos de discussão e nos espaços de socialização.

Ao nomearem-se *paysannes* e reivindicarem esse lugar, elas produzem um gesto político de resistência e de reapropriação, que afirma a dignidade do trabalho agrícola e sua centralidade para a vida social. Essa reapropriação, no entanto, não apaga as desigualdades estruturais que atravessam o acesso à terra — ela convive com elas. É justamente dessa convivência tensa entre reconhecimento simbólico e exclusão material que emerge a figura da cultivadora de memória: aquela que sustenta, no cotidiano, uma continuidade que as instituições fundiárias não garantem.

O conceito de cultivadoras de memória, proposto neste artigo, permite nomear precisamente esse duplo movimento: de um lado, a apropriação política do termo camponesa como afirmação identitária; de outro, a persistência de um trabalho de cuidado, transmissão e narração que segue majoritariamente invisível e não remunerado.

Este artigo não esgota, evidentemente, a complexidade dessas trajetórias. Ele abre, no entanto, duas frentes para pesquisas futuras: uma comparação sistemática — e não apenas ilustrativa, como se propôs aqui — entre os regimes de reconhecimento do trabalho camponês feminino na França e no Brasil; e uma investigação mais aprofundada sobre como essa memória é, ou não, transmitida às gerações seguintes, num contexto de queda continuada do número de agricultores. Ainda assim, certos aspectos de suas vivências continuam no indizível.

REFERÊNCIAS

BARTHEZ, A. **Devenir agricultrice: à la frontière de la vie domestique et de la profession.** *Économie rurale*, n. 289-290, p. 30-43, 2005.

BOURDIEU, P. **Le sens pratique.** Paris: Éditions de Minuit, 1980.

CARDON, P. **Mujer, familia y agricultura: análisis de las perspectivas teóricas en Francia.** *Revista Internacional de Sociología*, n. 29, p. 191-207, 2001.

CARDON, P. **Histoires de femmes, histoires de fermes: Chroniques comparées de l'Andalousie et de la Franche-Comté.** *Cahiers du Genre*, n. 37, v. 2, p. 131-153, 2004.

DELÉAGE, E. **Les paysans dans la modernité.** *Revue Française de Socio-Économie*, n. 9, v. 1, p. 117-131, 2012.

DELPHY, C. **O inimigo principal: a economia política do patriarcado.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 17, p. 99-119, 2015.

DURKHEIM, É. **Les formes élémentaires de la vie religieuse: le système totémique en Australie.** Paris: Félix Alcan, 1912.

FEDERICI, S. **La Révolution à point zéro: travail domestique, reproduction et luttes féministes.** Paris: Éditions Entremonde, 2018.

FEDERICI, S. **Le Caliban et la sorcière: femmes, corps et accumulation primitive.** Paris: Éditions Entremonde, 2019.

GLISSANT, É. **Philosophie de la Relation: poésie en étendue.** Paris: Gallimard, 2009.

GUÉNIF-SOUILAMAS, N. (dir.). **La République mise à nu par son immigration.** Paris: La Fabrique, 2006.

HARAWAY, Donna. **Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective.** *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988

KERGOAT, D. **Comprendre les rapports sociaux.** *Raison présente*, n. 178, v. 1, p. 11-21, 2011.

LAGRAVE, R.-M. **Bilan critique des recherches sur les agricultrices en France.** *Études rurales*, n. 92, v. 1, p. 9-40, 1983.

LAGRAVE, R.-M. **Paradigmes de la mémoire.** *Transcontinentales*, n. 5, p. 139-147, 2007.

LAGRAVE, R.-M.; LEMARCHANT, C.; SEILLER, P. **Retour sur les " agricultrices ": des oubliées de la recherche et du féminisme.** *Travail, genre et sociétés*, n. 45, v. 1, p. 31-38, 2021.

LATOUR, B. **Nous n'avons jamais été modernes: essai d'anthropologie symétrique.** Paris: La Découverte, 1991.

MAZOUZ, S. **La République et ses autres: politiques de l'altérité dans la France des années 2000.** Lyon: ENS Éditions, 2017.

MESINI, B. **Flexi-insécurité dans un secteur en tension: processus de segmentation statutaire et ethnique du marché des saisonniers étrangers dans l'agriculture.** *Revue Asylon(s)*, n. 4, 2008.

OXFAM. **Climate Equality: A Planet for the 99%.** Oxfam International, 2023.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. D. S.; WOLFF, C. S. **“Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades.** *Psicologia & Sociedade*, v. 25, n. 1, p. 79-89, 2013.

SANTOS, B. de S. **L'épistémologie du Sud. Mouvements sociaux et postcolonialité**. Paris: Éditions Desclée de Brouwer, 2016.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORAS/ES

Luana Bruzzi Malta Silva: conceituação, investigação, metodologia, análise formal, redação (rascunho original), redação (revisão e edição).

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

A presente pesquisa foi realizada na França, no âmbito de um Mestrado (M1) na Université de Lille. Conforme a legislação francesa, pesquisas em ciências humanas e sociais que não visam ao desenvolvimento de conhecimentos biológicos ou médicos não se enquadram no escopo de obrigatoriedade de submissão a um Comitê de ética, permanecendo a exigência de avaliação ética a critério de cada instituição. A Universidade de Lille, em questão, não demanda submissão a um comitê de ética para este tipo de investigação. Ainda assim, todos os procedimentos éticos fundamentais foram observados, com a aprovação e orientação de Philippe Cardon (professor orientador)

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A ferramenta de inteligência artificial Claude (Anthropic) foi utilizada para a tradução de trechos do texto (originalmente em francês), ordenação e normalização das referências bibliográficas, e a formatação do documento conforme as diretrizes editoriais.

MINIBIOGRAFIA DA AUTORA DO PAPER

Luana Bruzzi Malta Silva é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestranda em Políticas Sociais e Governança pela Universidade de Avignon. Pesquisa relações de gênero, políticas públicas, democracia local, trabalho e memória no meio rural francês.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.